

Agentes farão última tentativa de inclusão do setor na MP do Bem CBIEE, Abradee, Abrace e Apine vão discutir incentivos a investimentos e redução da carga tributária com relator da Medida Provisória

Oldon Machado, da Agência CanalEnergia, Negócios
25/07/2005

Alguns dos principais agentes do setor elétrico farão nesta terça-feira, 26 de julho, a última tentativa de convencer o Congresso Nacional e o governo a incluírem a área de energia na esteira dos segmentos beneficiados pela Medida Provisória 252, conhecida como MP do Bem. Um conjunto de quatro entidades vai se reunir em Brasília com o relator da medida, deputado Custódio Mattos (PSDB-MG), para discutir as reais possibilidades de a indústria energética estar entre os setores contemplados pela MP com incentivos a novos investimentos e com renúncia fiscal, via redução das alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins.

O grupo de agentes será formado por representantes da CBIEE (câmara de investidores), Abradee (distribuidores), Abrace (consumidores industriais) e Apine (produtores independentes). Além da reunião com o relator, há a possibilidade ainda de os executivos tratarem do tema com representantes da Secretaria da Receita Federal e dos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. A entrada do setor elétrico na pauta da MP é vista pelas associações como o primeiro movimento efetivo no sentido de reverter a tendência dos últimos anos, de aumento constante da carga tributária para os consumidores.

A visão da equipe econômica, capitaneada pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Murilo Portugal, é a de deixar as discussões do setor elétrico restritas a agentes e governo, sem o benefício direto da MP. A posição foi ratificada ao relator em reunião ocorrida na última sexta-feira (22), e deverá ser reiterada na próxima quarta-feira (27), em novo encontro. A intenção do setor, entretanto, é reforçar a necessidade da inclusão. "A intenção é fornecer um panorama do que poderá acontecer caso o setor seja aliado da medida", adianta o vice-presidente da Abrace, Eduardo Carlos Spalding.

Entre as consequências nocivas que o dirigente cita está o cancelamento de investimentos em usinas hidrelétricas já licitadas, mas com obras paralisadas e até mesmo não iniciadas. São cerca de 13 empreendimentos, com capacidade instalada de cerca de 6,3 mil MW - volume de energia suficiente para afastar o cenário de desequilíbrio entre oferta e demanda a médio prazo. Spalding explica que boa parte desse acréscimo estaria condicionada às medidas de incentivo ao investimento e desoneração tributária, além da resolução de impasses como compensação do ágio pago nos antigos leilões - de maior lance.

A CBIEE considera que as perdas de receita decorrentes da desoneração da carga tributária podem ser compensadas pelos efeitos junto às empresas concessionárias e aos consumidores. Entre eles o aumento do consumo de energia e de bens e serviços e a universalização do fornecimento de energia elétrica. Segundo a câmara de investidores, o aumento das alíquotas de PIS/Cofins de 3,65% para 9,25% representou uma elevação de 4% nas tarifas e de R\$ 3,8 bilhões na arrecadação. A proposta é manter o percentual de 3,65% para as classes residencial, rural, poder público e iluminação pública.